

Interacionismo e História Econômica: contribuições metodológicas de Fredrik Barth para o estudo dos comportamentos econômicos dos oficiais de Ordenanças em Minas colonial

Ana Paula Pereira Costa
Doutoranda em História pelo PPGHIS/UFRJ
Bolsista CNPq

O presente trabalho pretende discutir alguns conceitos trabalhados por Fredrik Barth que possuem relevância para análise de questões ligadas ao campo do econômico e da antropologia econômica. Estaremos demonstrando possibilidades de utilização de alguns conceitos desse autor, tais como: valores, *status*, estratégias e maximização de ganhos, abordando algumas práticas econômicas desenvolvidas pelos oficiais de alta patente das Companhias de Ordenanças presentes na Comarca de Vila Rica no século XVIII, destacando os recursos e estratégias utilizadas por eles na tentativa de consolidarem posições de mando e assim sobreviverem e adaptarem-se ao mundo colonial.

A relevância deste tipo de investigação se confirma pela importância que a riqueza possuía para a sustentação da “qualidade” dos indivíduos na sociedade mineira setecentista que era determinante na definição dos lugares sociais.

O tema da hierarquia sócio-econômica na América Portuguesa tem sido tratado pela historiografia a partir da noção de Antigo Regime nos trópicos, ou seja, a partir de critérios que levem em conta as relações sociais em seus vários ângulos ficando as variadas instâncias – culturais, econômicas, políticas – intimamente interligadas¹. Nesta perspectiva, entendemos que os indivíduos se percebiam e eram percebidos por suas “qualidades”, e neste ambiente o cabedal (riqueza material) era visto como meio para sustentar esta “qualidade”.

Nos trópicos, como bem destacou João Fragoso, a elite que dirigia a sociedade colonial consistia em uma “nobreza” diferente da européia. Não descendiam das melhores casas aristocráticas portuguesas, não viviam de rendas dadas por um campesinato ou pelo rei, nem tampouco seus afazeres se resumiam unicamente à guerra ou à administração da “coisa pública”, como no Velho Mundo. Muitos membros desta elite envolviam-se em atividades mercantis e com o trabalho, não sendo isso um

¹FRAGOSO, João. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”. In: *Topoi. Revista de História*. Rio de Janeiro, vol. 5, 2002, p. 43-44.

elemento que diminuía sua “qualidade”, pelo contrário, serviam para mantê-la. Em se tratando de uma sociedade de Antigo Regime o poder político e de mando, o prestígio e o *status* vinham em primeiro lugar em termos de definição dos papéis sociais. Entretanto, não se desconsidera que o enriquecimento influía nos contornos da hierarquia social².

Assim sendo, procuraremos definir o perfil e a inserção econômica de alguns dos oficiais de mais alta patente das Companhias de Ordenanças da comarca de Vila Rica para os quais foi possível encontrar inventários *post-mortem* e testamentos³. Objetivaremos identificar as atividades produtivas nas quais estavam envolvidos, seu padrão de vida e como a riqueza se distribuía entre os diversos ativos que compunham suas fortunas (bens imóveis, escravos, dívidas, etc.). Além disso, procuraremos visualizar o *locus* desta parcela dos oficiais analisados na hierarquia sócio-econômica, agrupando os inventários em faixas de fortunas, para assim entender as diferenças nos níveis de riqueza no seio deste grupo.

Ressalte-se que também no gerenciamento das práticas econômicas do grupo aqui enfocado estaremos destacando os recursos e estratégias utilizadas por eles na tentativa de maximizarem ganhos e assim sobreviverem e adaptarem-se ao mundo colonial.

1. Uma breve análise de Fredrik Barth: possibilidades teóricas e metodológicas

Inspirado na matriz de análise weberiana, Fredrik Barth destaca a ação social como uma das chaves para o entendimento da sociedade, assinalando que seu resultado depende das ações paralelas, ou reações, de outras pessoas o que significa dizer que não nos devemos prender a comportamentos formais e sim aos processos dos quais eles são produtos⁴. Nesta perspectiva, um comportamento humano não é mais a consequência mecânica da obediência a uma norma e somente será explicado se apreendermos a utilidade de suas conseqüências em termos de valores adotados pelos atores e pela compreensão da conexão entre os atos e resultados⁵.

Para Barth:

²Idem, p.45-46.

³Estaremos trabalhando com o total de 34 inventários *post-mortem* e 34 testamentos.

⁴ROSENTAL, Paul André. “Construir o macro pelo micro: Fredrik Barth e a microhistória” In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 157.

⁵BARTH, Fredrik. “Anthropological models and social reality”. In: *Process and form in social life*. Vol. 1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981, p.14-31.

“O ponto de partida na análise de uma sociedade é entender o ponto de vista dos próprios atores, pois, assim se percebe o sistema agregado não pela sofisticada operacionalidade e índices bem medidos mas pelas categorias cognitivas compartilhadas e os valores dos participantes do sistema”⁶.

Assim, entender o lugar dos eventos sociais no contexto da sociedade e da cultura que observamos é um passo fundamental na pesquisa, mas como fazer isso? A partir da observação de tais eventos em padrões de expectativas ou obrigações no sistema social, bem como a partir da observação do entrelaçamento do comportamento com as necessidades do viver cotidiano⁷. Para Barth, pois, é inimaginável que qualquer participante de um sistema social seja tão constrangido por forças externas a si que suas ações sejam completamente predeterminadas em vez de afetadas por seu próprio entendimento, expectativas e conceitualizações a respeito dos eventos da vida social⁸.

O argumento básico da obra de Barth é que a ação é fruto da escolha dos atores e se tais escolhas dão certo elas se institucionalizam. Assim, para se entender um comportamento é necessário descrever o processo que o gerou e desta forma ter acesso aos valores que norteiam as ações dos indivíduos, as estratégias e recursos dos mesmos para que consigam maximizar ganhos. Este modelo guiado pela geração do processo analisa as escolhas para perceber como se dá a interação entre as pessoas onde, através do que o autor denomina de transação (seqüências de interações sistematicamente governadas pela reciprocidade), é possível perceber as limitações e possibilidades dos atores. Relevante ressaltar que este processo tem uma mobilidade e o resultado dele não necessariamente é o que os atores esperavam, visto que existe a ação do outro – a incerteza – como um dos componentes deste processo de interação. Como em Barth o indivíduo é pensado de forma relacional, isto é, em suas relações com outros indivíduos, o social assume uma dimensão dinâmica visto que muitos elementos estão envolvidos na tecitura do sistema: estratégias, incerteza, concepções e necessidade diferenciadas⁹. Por isso, estaremos vendo as estratégias e todo o processo de inserção e reprodução do grupo em questão como algo estabelecido a partir de barganhas, já que o mesmo era

⁶Idem, p. 23.

⁷Ibidem, p.24-25.

⁸BARTH, Fredrik. *Scale and Social Organization*. Oslo/Bergen/Tromso: Universitets Forlaget, 1972, p. 253-272.

⁹BARTH, Fredrik. “A análise da cultura nas sociedades complexas”. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p.107-139.

formado por agentes com *status* diferentes que vão estabelecendo estratégias e lançando mão de recursos variados. Ou seja, tal processo é sempre algo tenso¹⁰.

Cabe sublinhar que a partir do resgate das estratégias individuais e de grupo é possível compreender como toda uma gama de possibilidades de ação autônoma se configura e produz a possibilidade de mudança, entendendo-se assim o tecido social como algo construído a partir da interação contínua entre diversas pessoas e grupos que se lançam ativamente a cada momento em busca de objetivos diferentes e articulando diversas formas de ação¹¹. As ações sociais devem ser entendidas como ferramentas para se conhecer a realidade e deste modo, não devem ser entendidas como dadas, nem vistas como presas às normas sociais, pois são constituídas a partir das interações entre diversas pessoas ou grupos sendo dependentes do *status* e recursos do indivíduo.

Em tal perspectiva de análise tem-se como epicentro o homem, as relações interindividuais o que implica na capacidade do indivíduo de manipular o conjunto de suas relações para tentar atingir certos fins. Assim, analisamos os oficiais de Ordenanças como seres dotados de capacidade de raciocínio que buscavam melhorar a posição detida no interior do sistema social em que se inseriam pela adoção de estratégias que visavam o aumento da capacidade de controle dos recursos que lhes estavam disponíveis¹².

Saliente-se que a busca por maximização de ganhos podia ser realizada por diferentes escolhas e caminhos, mas que eram norteados pela mesma matriz de valores, no caso desta pesquisa, a busca pela autoridade e poder de mando. A comparação foi o meio mais contundente de observar, através da análise de diferentes trajetórias individuais, esta “gama de possíveis”. Como a ação visava maximizar ganhos, o uso da comparação entre as ações, conforme será apontado no texto, mostrou-se fundamental visto que, possibilitou observar qual ação proporcionava maiores ganhos. Ressalte-se que a possibilidade de fracasso também existia bem como um ganho mínimo dentro do que se almejava¹³.

Deve-se considerar ainda que, ao final da interação ambas as partes saem ganhando, ou seja, ambas as partes maximizam ganhos, pois se leva em conta que as

¹⁰BARTH, Fredrik. “Analytical dimensions in the comparison of social organizations”. In: *Process and form in social life...* Op. cit., p. 119-137.

¹¹FILHO, Henrique Espada Rodrigues Lima. *Microstoria: escalas, indícios e singularidades*. Campinas: Unicamp, 1999. Tese de Doutorado, p. 258.

¹²CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança, 1560-1640: práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editora Estampa, 2000, p. 96.

¹³BARTH, Fredrik. “Models of social organization III: the problem of comparison”. In: *Process and form in social life...* Op. cit., p. 61-75.

expectativas dos atores que estão interagindo são diferentes e que cada um tem uma noção diferenciada do que é ganhar, fato que está relacionado com o *status* de cada um e com seu posicionamento social. As estratégias e recursos usados pelos variados segmentos da sociedade no sentido de maximizar ganhos devem ser entendidas a partir de suas visões de mundo, de uma cultura que é própria a cada um destes setores e do desempenho de certos papéis sociais. Ao estarem posicionados para o jogo, os atores têm diferentes intenções ao agirem, o que não anula o fato de que ambos podem tirar proveito de uma determinada situação. Além disso, uma das partes pode conseguir informações incorretas, ou ser desapontado em suas expectativas, isto é, ele pode ser enganado pelo outro.

2. O perfil e as atitudes econômicas

Para visualizarmos a inserção econômica dos oficiais de Ordenanças na comarca de Vila Rica, o primeiro passo será a apreensão do perfil mais amplo da economia mineira, para tanto recorreremos ao perfil da composição da riqueza dos inventariados da comarca de Vila Rica:

Tabela 1

Composição da riqueza, em mil-réis, nos inventários da comarca de Vila Rica por períodos – 1750-1822

CVR		
Setor/Atividade	1750-1779	1780-1822
Escravos	37,42%	27,38%
Instrumentos de trabalho	1,25%	1,34%
Rebanho/Colheitas	1,93%	3,74%
Comércio	0,03%	7,45%
Dívidas ativas	24,68%	24,18%
Imóveis (rurais e urbanos)	28,64%	25,92%
Jóias e Metais preciosos	3,55%	2,82%
Moeda	0,07%	4,37%
Outros*	2,38%	2,80%
Monte-bruto	141:994\$108	607:005\$361

*Nesta variável incluem-se objetos como roupas, móveis, utensílios domésticos e objetos de uso pessoal e de decoração.

Fonte: ALMEIDA, Carla M. C. de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial (1750-1822)*. Niterói: UFF, 2001. Tese de Doutorado, p. 172.

Como mostra a tabela acima, e conforme destacou Carla Almeida, a estrutura econômica dessa região era caracterizada pela pequena circulação monetária (o que

pode ser constatado pela ínfima presença da variável moeda no patrimônio dos mineiros), fortes mecanismos de acumulação mercantil (visualizados principalmente pelo alto percentual de dívidas ativas entre os inventariados) e prática produtiva extensiva (evidenciado pela pequena participação dos instrumentos de trabalho na composição das fortunas dos mineiros, aliada a grande importância dos bens imóveis e escravos indicando uma economia muito mais dependente de constantes incorporações de terra e mão-de-obra para seu funcionamento do que do aprimoramento técnico)¹⁴. Comparando com nossa amostragem, verificamos que o perfil de acumulação e de investimentos da parcela de oficiais de Ordenanças que estamos analisando em alguns aspectos se assemelha, mas em outros se diferencia do perfil estrutural da economia mineira. Senão vejamos:

TABELA 1.1

Composição da riqueza, em mil-réis, nos inventários dos oficiais de Ordenanças da Comarca de Vila Rica por períodos – 1750-1822¹⁵

CVR		
Setor/Atividade	1750-1779	1780-1822
Escravos	32,22%	22,97%
Bens rurais	16,08%	43,54%
Dívidas ativas	37,23%	19,82%
Prédios urbanos	4,81%	7,33%
Jóias e Metais preciosos	1,52%	0,71%
Moeda	2,13%	-
Outros*	5,90%	5,62%
Monte-bruto	112:717\$744	95:979\$369

*Nesta variável incluem-se objetos como roupas, móveis, utensílios domésticos e objetos de uso pessoal e de decoração.

Obs.: Foram levantados 13 inventários para o primeiro período e 15 para o segundo. Foram eliminados desta tabela 6 inventários para os quais só foi possível considerar o monte-mor.

Fonte: Inventários *post-mortem* da Casa Setecentista de Mariana e da Casa do Pilar de Ouro Preto.

No patrimônio dos oficiais, assim como no dos mineiros em geral, era baixo o percentual de moedas, jóias e metais preciosos o que, como visto, aponta para uma economia com frágil circulação monetária e baixa liquidez. Tais características não

¹⁴ALMEIDA, Carla M. C. de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial (1750-1822)*. Niterói: UFF, 2001. Tese de Doutorado, p. 71-81.

¹⁵Tal delimitação temporal foi escolhida com base no trabalho de Carla Almeida, o qual estamos utilizando como parâmetro comparativo. Segundo a referida autora tal periodização inclui duas distintas fases da economia mineira: a primeira fase (1750-1779) pode ser caracterizada como um período de auge minerador e a segunda fase (1780-1822) é entendida como o momento em que a economia mineira deixou de ter a mineração como atividade principal e a agropecuária passou ser o eixo central da economia. Ver: ALMEIDA, Carla M. C. de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit., p. 6-7.

eram exclusivas da capitania de Minas Gerais estando também presentes em outras áreas da América Portuguesa como o Rio de Janeiro¹⁶.

Constatamos que as direções preferenciais dos investimentos desta pequena parcela de oficiais eram os escravos, os imóveis e as dívidas ativas ocorrendo, entretanto, variação significativa no peso de cada uma destas variáveis na composição das fortunas ao longo dos dois períodos enfocados, ao contrário do que viu C. Almeida.

Comparando os oficiais com os mineiros inventariados no geral percebemos que eles também investiam significativamente em escravos. Este era um investimento possível e acessível às suas fortunas, além de reiterar a diferenciação sócio-econômica entre uma elite e outros homens livres. Percebemos que entre as maiores fortunas predominavam plantéis expressivos. Dentre a parcela de oficiais aqui enfocados 27,77% possuíam mais de 30 escravos, 38,88% possuía de 10 a 30 escravos. O número de oficiais com plantéis menores de 10 escravos chegava a 30,55%. Ressalte-se que no conjunto apenas um (2,77%) destes oficiais inventariados não possuía nenhum escravo denotando que muitos destes homens revertiam parte de seus investimentos na compra dos mesmos, principalmente aqueles com fortunas acima de 2000 libras. Os dados também mostram o quanto era alta a concentração de escravos em poucas mãos, fato já amplamente relatado pela historiografia sobre Minas¹⁷.

Contudo, nota-se que no decorrer do 1º para o 2º período há uma oscilação desta variável entre os bens arrolados. Isto talvez indique que aos oficiais inventariados apresentaram-se outras opções de investimentos, onde muitos podiam deslocar seus recursos para outros tipos de negócios. De fato, pela tabela acima, percebemos um acentuado aumento dos bens rurais (nesta variável incluímos terra, lavras, animais, colheita, instrumentos de trabalho e imóveis localizados em áreas rurais) entre os valores arrolados, e como em Minas o setor rural era também responsável por boa parte da geração de riqueza¹⁸, tudo indica que estes homens não se abstiveram de investir em tal setor.

¹⁶Neste sentido ver: FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: Uma história do Tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (sécs. XVIII e XIX)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. Ver Também: FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹⁷A exemplo ver: COSTA, Iraci Del Nero & LUNA, Francisco Vidal. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: Fipe-Pioneira, 1982, p. 40. Dos 3.400 senhores de escravos arrolados, 26 tinham mais de 40 cativos, 06, mais de 60 cativos e 01 mais de 100 cativos (126). Apud: ARAÚJO, Luís António S. *Contratos e tributos nas Minas setecentistas: o estudo de um caso – João de Sousa Lisboa (1745-1765)*. Niterói: UFF, 2002. Dissertação de Mestrado, p. 29.

¹⁸ALMEIDA, Carla M. C. de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit., p. 182.

Concernente a isso, e ao contrário do que viu C. Almeida, percebemos pelos dados da tabela que houve uma brusca queda de investimentos em setores mercantis por parte destes oficiais, o que pode ser visualizado pela grande variação no percentual de dívidas ativas ao longo dos dois períodos. Assim, se no primeiro período as atividades creditícias tinham papel de destaque no patrimônio destes oficiais, no segundo período o capital mercantil e suas formas específicas de acumulação vão perdendo espaço para o setor rural que ganha significativo destaque.

Deve-se considerar que além dos rendimentos que os oficiais poderiam tirar do setor rural – cuja incrementação relaciona-se com o rearranjo interno econômico da capitania de Minas verificado a partir da segunda metade dos setecentos no qual os produtos agropecuários passaram a desempenhar papel preponderante na economia, anteriormente ocupado pelo ouro¹⁹ – um outro fator poderia explicar o direcionamento dos investimentos para este setor rural. No contexto de uma sociedade agrária de base escravista a posse de grandes extensões de terras, fazendas, lavras e de numeroso plantel de escravos era forma de se demonstrar poder e diferenciação social, visualizada na honra e formas de tratamento devidas às pessoas de “qualidade”²⁰. Deve-se considerar, pois, que a tentativa de consolidar posições de mando também guiava as práticas econômicas nesta sociedade.

Outra variável que obteve destaque entre os bens arrolados refere-se a prédios urbanos, apesar destes terem um valor menor frente às propriedades rurais. Acreditamos que a posse de propriedades urbanas se dava pelo fato destes oficiais, sobretudo os detentores das patentes superiores, residirem preferencialmente nas vilas, dividindo seu tempo entre a casa que aí possuíam e suas fazendas e sítios nas áreas rurais. A posse de uma casa nos espaços urbanos se explica pela necessidade de alguns destes homens estarem mais próximos dos centros de poder, como a câmara²¹, a qual alguns se associavam pela ocupação de cargos. No que respeita a distribuição espacial destas casas de morada dos oficiais, em especial as dos que pertenciam às famílias mais importantes, localizavam-se nos lugares principais da Vila do Carmo e de Vila Rica e seus termos, sobretudo nas ruas direita de cada uma das localidades e nas ruas onde se localizavam suas igrejas matrizes, ou próximo a elas²².

¹⁹ALMEIDA, Carla M. C. de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit, ver principalmente capítulos 2 e 3.

²⁰RODRIGUES, José Damião. “A guerra no Açores”. In. HESPANHA, António Manuel (Org). *Nova História Militar de Portugal*. Vol. II – séculos XVI-XVII. Lisboa: círculo de leitores, 2003, p. 252.

²¹Idem, p. 253.

²²Ibidem.

Alguns bens móveis que entraram na contabilização como jóias, roupas, móveis de jacarandá, apetrechos de uso doméstico e decoração (entrando nesta classificação talheres de prata, louças da Índia e do Porto, pinturas, etc.) revelam que estes oficiais valorizavam e investiam em objetos que lhes garantissem o seu “bom tratamento”, a exemplo de outros mineiros inventariados e analisados por C. Almeida. Conforme destacou a referida autora, as próprias “condições” dos dois termos que compunham a comarca de Vila Rica contribuía para isso: Ouro Preto era capital das Minas Gerais e abrigava as autoridades mais importantes da capitania; Mariana por ser sede do Bispado concentrava um grande contingente de letrados, ocupados tanto em atividades eclesiásticas quanto em cargos administrativos. Os ocupantes de tais cargos tendiam a ser pessoas mais habituadas ao “bom tratamento”²³. Neste sentido, tendo a concordar com Laura de Mello e Souza quando afirma que para os homens afortunados das Minas Gerais, o luxo cumpria uma função social específica: a de sinal distintivo do *status* social, como instrumento de dominação necessário à consolidação e manutenção do mando²⁴.

Acreditamos que os oficiais se utilizaram de todos os mecanismos possíveis para se manterem enquanto autoridade, e se o luxo e a ostentação eram socialmente reconhecidos pelos “*povos*” como um recurso legitimador do poder deste oficialato, este soube muito bem utilizá-lo. As roupas, jóias, móveis serviam para ostentar sua condição social, para se distinguirem dos homens comuns e da massa escrava. A sociedade mineira, mesmo com a possibilidade de enriquecimento trazida pelo ouro, era uma sociedade assentada na nobiliarquia, no reconhecimento social, no prestígio exteriorizado, pois assim se enunciava o papel de cada indivíduo na hierarquia.

Havia uma preocupação com o tipo de roupa, tecidos e adereços que cada grupo podia portar e, de tempos em tempos, o Rei editava novas regulamentações a este respeito. Em 1749, por exemplo, o Rei permitiu que os postos superiores a oficiais de alferes pudessem “Trazer galão de ouro, ou prata no chapéu e botões lisos dourados, ou prateados nos vestidos e que, nos arreios de seus cavalos, possam usar de metal dourado, ou prateado com muita moderação²⁵”. Anos mais tarde, em 1754, permitiu que

²³ALMEIDA, Carla M. C. de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit., p. 188.

²⁴SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 27. Apud. ALMEIDA, Carla. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit., p. 188.

²⁵FURTADO, Júnia. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 31.

os oficiais de Terços Auxiliares e de Ordenanças pudessem “usar galões de ouro, ou prata, nos seus chapéus²⁶”.

De fato, em praticamente todos os inventários por nós aqui analisados foram encontrados vestimentas como as descritas acima, denotando assim que o luxo, a pompa e um padrão de vida suntuoso eram elementos essenciais na consolidação de uma boa reputação. Apesar das leis de suntuosidade datadas de 1742 e 1749 – que proibiam os colonos de usarem em suas vestimentas seda, veludo, ouro e prata; que limitavam a ostentação causada pelo uso de ouro e prata nas mobílias e carruagens; e que restringiam o número daqueles que poderiam carregar espadas e armas de fogo ou outros símbolos de elevado *status* – a elite colonial investia avidamente em tais signos e elementos²⁷. A exteriorização da ostentação, do luxo e da riqueza por meio das vestimentas, insígnias, e outros objetos demarcavam o espaço social ocupado, conferindo *status* e prestígio ao indivíduo. Vejamos um exemplo. O capitão de Ordenança de Pé do distrito da Gama Tomé Soares de Brito, ao solicitar confirmação da dita patente, argumentava que “*serviu em vários ofícios sempre com boa nota e reputação sendo continuamente chamado para várias diligências, além de ser homem abundante de bens vivendo nobremente*”²⁸. De fato, ao analisarmos seu inventário aberto em 1804 na Freguesia de São Caetano por seu filho José Soares de Brito, constatamos ser Tomé Soares de Brito um homem muito rico. Foi casado com Isidora Maria do Espírito Santo com a qual tivera dois filhos: o já mencionado José Soares de Brito, padre, e Tomé Soares de Brito, alferes. O defunto deixara como herança para sua família um patrimônio composto por terras de cultura na paragem do Piranga, uma fazenda, dívidas ativas, vários animais e um plantel de dezesseis escravos; além de vários utensílios que evidenciavam sua distinção social como objetos de ouro e prata, louças da Índia e do Porto, móveis de jacarandá e vestimentas de seda e linho cuja soma total do monte-mor chegava à quantia de 12:025\$500²⁹. Pelo exposto pode-se dizer que Tomé Soares de Brito visava com estes últimos elementos publicizar sua imagem, e assim deixar claro qual seu lugar na hierarquia social.

A partir de agora estaremos analisando o *locus* sócio-econômico da parcela de oficiais de Ordenanças aqui enfocados a partir da compreensão da distribuição da

²⁶Idem.

²⁷RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”. In: *Revista Brasileira de História*. V. 18, nº. 36, 1998, p. 198.

²⁸Arquivo Histórico Ultramarino/Minas Gerais/Projeto Resgate/cx: 76; doc: 30.

²⁹Casa Setecentista de Mariana, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de Tomé Soares de Brito. Códice 122, auto 2542, (1804).

riqueza gerada. Para tanto vamos comparar a hierarquia de fortunas que elaboramos a partir dos dados dos inventários *post-mortem* dos oficiais com a de Carla Almeida que, intentando observar os meandros da riqueza e pobreza nas Minas setecentista, também elaborou uma hierarquia de fortunas a partir de uma parcela de inventários *post-mortem* agrupados na Casa Setecentista de Mariana e no Arquivo da Casa do Pilar em Ouro Preto:

TABELA 2

Distribuição da riqueza entre os inventariados da comarca de Vila Rica por faixa e período – 1750-1822

Faixas de fortuna em libras	CVR			
	1750-1799		1780-1822	
	A	B	A	B
0-200 %	21 31,3	2.157,635 3,5	125 48,1	11.609,197 6,7
201-500 %	13 19,4	4.096,045 6,6	67 25,8	20.586,915 11,9
501-1000 %	17 25,4	12.735,483 20,5	30 11,5	20.300,288 11,8
1001-2000 %	10 14,9	14.897,921 24,0	23 8,9	32.346,762 18,7
2001-5000 %	4 6,0	14.358,543 23,1	10 3,8	31.157,663 18,0
+ 5000 %	2 3,0	13.836,926 22,3	5 1,9	56.957,347 32,9
Total	67	62.082,556	260	172.958,172

Fonte: Inventários *post-mortem* da CSM e CPOP. A: Nº. e % dos inventários da faixa; B: Valor dos inventários da faixa. Apud: ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit., p. 191.

TABELA 2.1

**Distribuição da riqueza entre os oficiais de Ordenanças da comarca de Vila Rica
por faixas e período – 1750-1822**

Faixas de fortuna em libras	CVR			
	1750-1779		1780-1822	
	A	B	A	B
1-200 %	0 0	0 0	1 5,55	142,310 0,42
201-500 %	1 6,25	337,552 0,43	3 16,66	891,524 2,65
501-1000 %	1 6,25	932,236 1,19	3 16,66	2.231,587 6,63
1001-2000 %	5 31,25	8.229,153 10,48	5 27,77	7.474,823 22,20
2001-5000 %	5 31,25	18.355,802 23,38	6 33,33	22.931,678 68,10
+ de 5000 %	4 25	50.653,444 64,52	0 0	0 0
Total	16	78.508,110	18	33.671,922

Fonte: Inventários *post-mortem* da CSM e CPOP e testamento da CPOP. A: Nº. e % dos inventários da faixa; B: Valor dos inventários da faixa. Para todos os inventários anteriores a 1810, convertemos o mil-réis para libras esterlinas a partir de BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: APEC, 1973, p. 50-51. Em apenas dois casos fizemos a conversão para libras esterlinas com base na tabela de flutuações cambiais do livro de MATTOSO, Kátia de Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982., p. 254, visto que a partir da data acima citada o mil-réis começou a se desvalorizar crescentemente.

Antes de adentrarmos na questão proposta, cabe sublinhar que as duas primeiras faixas de fortuna englobam o que chamaremos de pequenos proprietários, ou seja, indivíduos com fortunas avaliadas em até 500 libras. Os indivíduos possuidores de um patrimônio que oscilavam entre 501 a 2000 libras chamaremos de médios proprietários.

Estaremos denominando de grandes proprietários àqueles possuidores de fortunas acima de 2000 libras³⁰.

Pelos dados expostos na tabela 15, percebemos que a C. Almeida se deparou com um quadro de grande percentual de pequenos proprietários entre os habitantes inventariados de Vila Rica de uma forma geral, com um número significativo de médios e diminuta parcela de grandes proprietários. Já entre a parcela de oficiais por nós analisada encontramos um quadro diferente: entre estes era muito baixa a incidência de pequenos proprietários, apenas 5 oficiais, num total de 226 inventariados da comarca, possuíam fortunas abaixo de 500 libras. A grande maioria dos oficiais se encaixava entre o que denominamos de médios e grandes proprietários dentro de nossa hierarquia de fortuna. Nas 2 faixas intermédias que englobam 501-2000 libras havia 14 oficiais e naquelas superiores a 2000 libras havia 15, ou seja, a parcela de oficiais aqui analisada ocupava lugar de destaque no seio da hierarquia sócio-econômica desta sociedade, sendo homens possuidores de considerável fortuna em comparação com o restante da população inventariada. Com efeito, ao comparamos os indivíduos possuidores de fortunas acima de 5000 libras percebemos o quanto era alto o poder econômico de alguns destes oficiais. Eram quatro os indivíduos que se encaixavam nesta faixa de fortuna, a saber, António Gonçalves Torres, António Ramos dos Reis, João António Rodrigues e Paulo Rodrigues Durão. Suas fortunas somavam respectivamente 7.899,859 libras; 22.053,445 libras; 5.736,427 libras e 14.963,713 libras. Ou seja, em nossa amostragem, estes 4 indivíduos detinham 45,15% do total da riqueza, para os dois períodos, em suas mãos.

Portanto, boa parte dos oficiais enfocados se encontrava entre a parcela do grupo dominante da hierarquia econômica da capitania, constituindo-se assim em indivíduos detentores de grande poder político e econômico.

No entanto, através das faixas é possível perceber também que, apesar de se constituírem em um grupo de homens ricos, havia diferenciações econômicas entre a parcela de oficiais analisada. Por seu turno pode-se sugerir que os oficiais não formavam um verdadeiro grupo social, isto é, não faziam parte de um grupo uniforme e homogêneo, o que os dados da tabela acima corroboram mediante identificação de diferenças de riqueza e, conseqüentemente, de *status*, entre eles. Em outros termos, os

³⁰Ressalte-se que tal classificação foi estabelecida a partir das análises de Carla Almeida em seu estudo acerca da hierarquização econômico-social da região enfocada. ALMEIDA, Carla M. C. de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit.

indivíduos que integravam esta esfera militar não tinham todos a mesma origem social e este fato resultava na demarcação de diferenças no seio deste grupo. Com efeito, a própria divisão das Ordenanças em forças de Pé, de Cavalos, de Pardos Libertos e de Negros Libertos, instituía diferenciações entre os comandantes militares. Um oficial com patente de capitão-mor de Cavalos possuía muito mais *status* que um oficial de posse de um posto de mesma patente mas que fosse pertencente a uma companhia de Negros Libertos. Ou seja, até mesmo o tipo de categoria social que o oficial comandava gerava níveis diferenciados de honra e *status* no interior do Corpo de Ordenanças.

Vejamos dois exemplos que demonstram bem esta disparidade de *status*, de honra e de riqueza entre os oficiais analisados. António da Costa Guimarães era casado, sem filhos e morreu em 1816 deixando testamento em que dizia ser natural de Braga. Era morador no arraial de António Pereira em Mariana sendo o oficial com menor patrimônio em nossa amostragem. Durante sua vida não ocupara nenhum cargo administrativo, não ganhara sesmarias nem conseguira ocupar um posto militar de maior destaque; fora a vida toda capitão da companhia de Pardos Libertos sem ter realizados grandes feitos ou “serviços” que pudesse usar como recurso para ascender ao topo da hierarquia. Entre seus maiores bens estavam duas moradas de casa assobradadas coberta de telhas com quintal cujo valor era de 290\$000 além de algumas dívidas ativas com valor de 124\$400, possuindo ainda 3 cavalos e algumas roupas que achou por bem listar por terem algum valor. Não possuía escravos. Quando foi feito seu inventário seu monte-mor era de 599\$203 ou 142,310 libras³¹.

António Ramos dos Reis é o oficial como maior patrimônio que localizamos cujo monte-mor, de acordo com seu testamento, somava 78:400\$000 ou 22.053,445 libras. Era casado e possuía 3 filhos, em seu testamento dizia ser natural do Porto e morador em Vila Rica. Este oficial foi um dos homens mais abastados das Minas Gerais, sendo descobridor de uma grandiosa lavra *localizada no morro chamado comumente de morro do Ramos onde tem serviço de talho aberto e varias minas com muitas grades, tanques de recolher águas onde tem para cima de 100 escravos*. Além disso, tinha também *várias moradas de casas em Ouro Preto e no Rio de Janeiro, além de outra fazenda, também no Rio de Janeiro, com casa de vivenda e capela, hum curral de criação de gado vacuum com mais de 20 escravos*, tendo também sesmaria no distrito de Iguaçu *que cultiva há 14 anos por seus escravos que em sua estimação vale par cima*

³¹CSM, 1º ofício - Inventário *post-mortem* de António da Costa Guimarães. Códice 44, auto 1012, (1816).

de 60\$000 cruzados³². Possuía ainda inúmeras jóias e objetos de ouro e prata. Ocupara importantes postos militares ao longo de sua vida como o de mestre-de-campo e o de capitão-mor, além de desempenhar importantes funções administrativas como o de vereador e o de juiz de órfãos e ser cavaleiro professo da Ordem de Cristo³³.

Evidencia-se a partir destes dois exemplos que, mesmo em se tratando de um grupo com alguns traços comuns que os definiam enquanto tais, as possibilidades de acumulação – tanto material quanto de prestígio – para os indivíduos aqui enfocados, na sociedade em que se inseriam, eram bem díspares. Se nesta sociedade os indivíduos se percebiam e eram percebidos por suas “qualidades”, convém lembrar que havia diferenças entre as “qualidades” dos membros deste grupo. Muitos elementos, além da riqueza, influíam na diferenciação e hierarquização desta “qualidade”, tais como o fato de serem *conquistadores*, de ocuparem cargos de mando na câmara e na administração real, a posse de títulos; elementos que eram utilizados como estratégias e/ou recursos por estes indivíduos para conquistar e manter posições de destaque na escala social e, conseqüentemente, exercer seu mando. Isso nos leva a perceber uma cultura desigualmente distribuída, gerando transações onde cada parte, com estratégias e recursos diferenciados, busca maximizar seus ganhos³⁴.

Assim, definir a composição dos grupos dominantes numa sociedade de Antigo Regime passa pela percepção de que a esfera política se constituiu em espaço privilegiado de controle e instrumento de coerção de sobretrabalho³⁵. O topo da hierarquia em Minas Gerais era, portanto, ocupado por aqueles que conseguiam articular-se entre os detentores de grandes cabedais e do poder político, não por acaso António Ramos dos Reis era o homem mais abastado dentro da parcela de oficiais enfocada.

Portanto, apenas o enriquecimento não garantia a ascensão social, que dependia de outras relações que não as econômicas. Nesta perspectiva é que se entende a busca de títulos, cargos, entre outras possibilidades, por parte dos oficiais para ampliar suas riquezas. Tais investimentos, além de prerrogativas políticas, lhes proporcionariam privilégios nas relações com o aparelho jurídico-burocrático e emolumentos que engordavam suas fortunas.

³²Casa do Pilar de Ouro Preto, 1º ofício - Testamento de António Ramos dos Reis. Livro n.º20, folha 74, (1761).

³³AHU/MG/cx:39; doc:67. Ver também; AHU/MG/cx: 31; doc: 1.

³⁴BARTH, Fredrik. “Models of social organization I: Introduction. The analytical importance of transaction”. In: *Process and form in social life...* Op. cit., p.32-47.

³⁵ARAÚJO, Luís António S. *Contratos e tributos nas Minas setecentistas...* Op. cit., p. 31.

Mas a que tipo de atividade se atrelava estes oficiais? Para responder a esta questão montamos a tabela seguinte a partir das informações contidas nos inventários *post-mortem* e numa lista elaborada pelo provedor da fazenda Domingos Pinheiro em 1756 com o nome dos “mais ricos moradores” das Minas Gerais que estivessem mais capacitados a contribuir para a reconstrução de Lisboa destruída pelo terremoto de 1755. Os nomes vinham separados por comarcas e traziam indicado o local de residência e a ocupação de cada um deles³⁶:

TABELA 3

Ocupação econômica dos ofícios de Ordenanças da comarca de Vila Rica (para os quais temos informações)

<i>Ocupação</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Mineração	35	57,38
Negócio	16	26,23
Roceiro	7	11,47
Administrador do contrato	2	3,28
Escrivão da câmara	1	1,64
Total	61	100

Obs.: Foram eliminados desta tabela os inventários para os quais só foi possível considerar o monte-mor.
Fonte: Lista dos homens mais abastados da capitania feita pelo provedor da fazenda Domingos Pinheiro. AHU/MG/cx: 70; doc: 41 e Inventários *post-mortem* da CSM e CPOP.

Entre a parcela de oficiais aqui analisada, a mineração era a atividade econômica principal a que eles se atrelavam. Levando-se em conta que a lista utilizada para verificação deste dado foi feita em um período de auge minerador e que tal atividade foi a “razão de ser” da comarca em perspectiva não surpreende que assim o fosse. Porém, ao analisarmos juntamente com tal lista, os inventários *post-mortem* destes oficiais, que nos informam o momento final de suas vidas, constatamos que com a crise do ouro muitos destes homens procuraram diversificar suas atividades econômicas, se dedicando também a outras atividades que ao longo do século XVIII foram dando maiores oportunidades de enriquecimento e, desta forma, conseguiram se manter economicamente dinâmicos. Assertiva que também é corroborada pela mudança verificada anteriormente no padrão de investimentos destes oficiais.

Como já mencionado, com a crise do ouro, houve um rearranjo interno na atividade econômica principal, passando as atividades agropecuárias a desempenhar o

³⁶Ver: ALMEIDA, Carla M. C. de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit., p. 230.

papel de eixo central da economia³⁷. Nesta esteira, entre as estratégias traçadas por estes oficiais para superarem a crise da produção aurífera na capitania ao longo do setecentos está a diversificação das atividades produtivas em suas propriedades, um meio eficaz de reduzir a dependência do mercado e assim garantir a reprodução da fazenda na medida em que aumentava os rendimentos da mesma³⁸. A forma mais comum de tal diversificação era conjugar em suas propriedades a mineração com a agropecuária. Por exemplo, o capitão João Rodrigues do Santos se declarava na lista de 1756 como minerador. Quando, porém, analisamos seu inventário, datado de 1773, constatamos que este oficial foi ao longo do tempo se dedicando também a agropecuária, passando a exercer as duas atividades, o que parece ter contribuído para o dinamismo de sua propriedade e, conseqüentemente, para o incremento de seu patrimônio pois, ao final de sua vida possuía um monte-mor no valor de 11:965\$265³⁹. Assim, conjugar a extração mineral com a agropecuária parecia ser a opção econômica mais viável para aqueles que tinham possibilidade de acesso a terra e escravos na comarca de Vila Rica.

Outra atividade a que esta parcela de oficiais podia se dedicar e obter enriquecimento era o negócio. A arte de negociar parece ter sido muito lucrativa pois muitos dos oficiais enfocados que em 1756 se declararam mineiros, foram, ao longo do tempo, redirecionando investimentos para a atividade mercantil (visualizada sobretudo nas sociedades e na comercialização de víveres, já que o empréstimo de dinheiro a juros foi se tornando pouco usual entre os oficiais ao longo do tempo, dado constatado anteriormente pela queda da variável “dívidas ativas” no patrimônio destes homens). A presença de tropas e outros instrumentos denotam que eventualmente comercializavam sua produção em pequenos ranchos e vendas. Além disso, alguns possuíam sociedades em vários negócios, e alguns poucos emprestavam dinheiro a juros. O desempenho destas atividades comerciais era um meio de se obter uma fonte adicional de ganho.

A ocupação de roceiro também obteve destaque. Levando-se em conta que as atividades agropastoris e a pecuária foram ao longo do século XVIII aumentando cada vez mais seu dinamismo, não surpreende que aqueles que já em 1756 se dedicavam a elas continuassem revertendo seus investimentos para tal setor. Por exemplo, O capitão Francisco Machado Magalhães se declarou roceiro na lista do provedor da fazenda e, como pode ser visualizado por seu inventário, continuou se dedicando a tal atividade até o final

³⁷Ver ALMEIDA, Carla M. C. de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit., cap. 2.

³⁸A exemplo do que viu ALMEIDA, C. Op. cit., p. 219.

³⁹CSM, 1º ofício - Inventário *post-mortem* de João Rodrigues dos Santos. Códice 80, auto 1795 (1773).

de sua vida, setor que lhe rendeu significativo cabedal sendo a soma de seu monte-mor contabilizada em 15:266\$269⁴⁰.

Considerações finais

Dentro do quadro esboçado, pode-se dizer que, ao menos, a parcela de oficiais por nós aqui analisada, eram homens de significativo cabedal econômico e que em uma sociedade escravista a posse de riqueza, traduzida principalmente em propriedades e escravos, era forma de obter promoção social, pois a distinção se fazia mais pela posse (de riquezas, mas também de cabedais políticos e sociais) do que pelo nascimento.

Assim, se a “qualidade” destes oficiais era proveniente da política, era sustentada pelo cabedal econômico que muitas vezes era incrementado por meio desta “qualidade primeira”, isto é, o aproveitamento da condição política para realizar acumulações materiais⁴¹, ou seja, a relação entre as esferas política e econômica ia gerando um círculo virtuoso – uma agindo sob a outra constantemente.

Neste sentido, cabe sublinhar que os oficiais de Ordenanças atuaram como *braços* da Coroa na administração do território colonial⁴², utilizando-se tanto do seu controle/monopólio sobre os fatores de produção e da mão de obra escrava, quanto do seu poder político-militar na consolidação de suas posições sociais. Eles se constituíram em parceiros do empreendimento colonial na área da mineração, aumentado sua riqueza e seu poder, vincularam-se como colaboradores, e não como adversários, da Coroa que, em troca, lhes concedia monopólios e privilégios⁴³.

Assim sendo, para além das diferenças que resultavam da administração de um maior ou menor número de cabedais devemos equacionar o papel da política. O exercício de cargos administrativos, o poder concelhio, os hábitos das ordens militares, e outras benesses distribuídas pela Coroa funcionaram igualmente como um fator de diferenciação no seio deste oficialato.

Instalados em território colonial muitos dos oficiais procuraram inserir-se de forma privilegiada na sociedade. O respeito que logravam alcançar na colônia ligava-se

⁴⁰CSM, 1º ofício - Inventário *post-mortem* de Francisco Machado Magalhães. Códice 90, auto 1878, (1799).

⁴¹FRAGOSO, João. “Afogando em nomes...” Op. cit., p.45.

⁴²Neste sentido ver: PRADO Jr. Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo; Publifolha, Vol. 1, 2000.

⁴³ARAÚJO, Luís Antônio S. *Contratos e tributos nas Minas setecentistas...* Op. cit., p. 50.

a extensão de seus bens, à vida de ostentação e luxo que pudessem levar, a cargos honrosos que conseguissem ocupar, e a outros elementos provenientes de mercês régias que podem ser considerados grandes trunfos dos oficiais para “jogarem” melhor nesta teia social, pois disto obtinham bens materiais e imateriais que lhes transformavam em poderosos locais e conseqüentemente, em indivíduos imprescindíveis ao poder real.

Bibliografia

- ALMEIDA, Carla M. C. de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial (1750-1822)*. Niterói: UFF, 2001. Tese de Doutorado.
- ARAÚJO, Luís António S. *Contratos e tributos nas Minas setecentistas: o estudo de um caso – João de Sousa Lisboa (1745-1765)*. Niterói: UFF, 2002. Dissertação de Mestrado.
- BARTH, Fredrik. *Process and form in social life*. Vol. 1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- BARTH, Fredrik. *Scale and Social Organization*. Oslo/Bergen/Tromso: Universitets Forlaget, 1972.
- BARTH, Fredrik. “A análise da cultura nas sociedades complexas”. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: APEC, 1973.
- COSTA, Iraci Del Nero & LUNA, Francisco Vidal. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: Fipe-Pioneira, 1982.
- CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança, 1560-1640: práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editora Estampa, 2000.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo; Publifolha, Vol. 1, 2000.
- FILHO, Henrique Espada Rodrigues Lima. *Microstoria: escalas, indícios e singularidades*. Campinas: Unicamp, 1999. Tese de Doutorado.
- FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: Uma história do Tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (sécs. XVIII e XIX)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- FRAGOSO, João. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”. In: *Topoi. Revista de História*. Rio de Janeiro, vol. 5, 2002.
- FURTADO, Júnia. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MATTOSO, Kátia de Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PRADO Jr. Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- RODRIGUES, José Damião. “A guerra no Açores”. In: HESPANHA, António Manuel (Org). *Nova História Militar de Portugal*. Vol. II – séculos XVI-XVII. Lisboa: círculo de leitores, 2003.

- ROSENTAL, Paul André. “Construir o macro pelo micro: Fredrik Barth e a microhistória” In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”. In: *Revista Brasileira de História*. V. 18, nº. 36, 1998.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

Documentação manuscrita

*Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate – Documentação avulsa de Minas Gerais/Cd- rom.

* Arquivo da Casa Setecentista de Mariana

- Inventários *post-mortem*
- Testamentos

* Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência/ Casa do Pilar de Ouro Preto

- Inventários *post-mortem*
- Testamentos